



**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA**

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 57ª  
(QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,**

**EM 26 DE JUNHO DE 2008.**

92

75

167 *travadas*

Publicação autorizada por DCI 15-150/26/08/08  
Serviço *depois* Matrícula 1193137



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Berinaldo Pontes a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 138, de 08/08/2008, juntamente com a ata sucinta da 57ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 56ª Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Acordamos ontem que, na sessão de hoje, não haveria Comunicados de Parlamentares, apenas de Líderes. Mas o Deputado Reguffe disse que desejaria se pronunciar. Apelo a todos os Deputados que se encontram nas dependências da Câmara Legislativa que se dirijam ao plenário para iniciarmos a pauta de votação.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS**  
**5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010**

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP	X		
BENÍCIO TAVARES - PMDB	X		
BERINALDO PONTES - PP	X		
BISPO RENATO - PR	X		
BRUNELLI - DEM		X	
CABO PATRÍCIO - PT		X	
CHICO LEITE - PT	X		
CRISTIANO ARAÚJO - PTB		X	
DOUTOR CHARLES - PTB		X	
ELIANA PEDROSA - DEM	X		
ÉRIKA KOKAY - PT		X	
EURIDES BRITO - PMDB		X	
JAQUELINE RORIZ - PSDB		X	
LEONARDO PRUDENTE - DEM	X		
LUZIA DE PAULA - PSL	X		
MILTON BARBOSA - PSDB	X		
PAULO RORIZ - DEM		X	
PAULO TADEU - PT	X		
PEDRO DO OVO - PMN		X	
REGUFFE - PDT	X		
ROBERTO LUCENA - PMDB		X	
ROGÉRIO ULYSSES - PSB		X	
WILSON LIMA - PR		X	
ALÍRIO NETO - PPS	X		
TOTAL	12	12	

  
SECRETÁRIO DEPUTADO (A) BERINALDO PONTES



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	3

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro a minha presença.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está registrada a presença do Deputado Batista das Cooperativas.

Estão presentes 12 Deputados no plenário. Para iniciarmos a votação, precisamos de, pelo menos, mais um Deputado. Assim, apelo aos Parlamentares que se encontram em seus gabinetes, nas dependências da Casa, que venham para o plenário.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, teremos ou não os Comunicados de Líderes?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputada Eliana Pedrosa, fizemos um acordo para não haver Comunicados de Líderes, mas, como não há *quorum* para deliberação das matérias, V.Exa. poderá usar da palavra.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, galeria, subo a esta tribuna hoje para render homenagem a dois Parlamentares do Distrito Federal: os Deputados Federais Jofran Frejat e Laerte Bessa.

Na tarde de ontem, na Câmara dos Deputados, o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça aprovou a MP nº 426, de 2008, que aumenta a remuneração dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal por meio do reajuste de 40% de Vantagem Pecuniária Especial, a VPE. A matéria foi relatada pelo nosso queridíssimo Deputado Federal Laerte Bessa, que propôs ainda que o Governo do Distrito Federal concedesse a Gratificação de Risco de Morte.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	4

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a PEC nº 53, de 2007, de autoria do Deputado Jofran Frejat, que dá direito a aviso prévio, seguro desemprego e FGTS a servidores de cargos de livre nomeação. Não é admissível haver trabalhadores com metade de seus direitos. Então, é muito importante a aprovação dessa PEC na Comissão de Constituição e Justiça. Isso mostra como os nossos Deputados Federais trabalham com qualidade em prol da população do Distrito Federal. Embora nem o Deputado Jofran Frejat nem o Deputado Laerte Bessa sejam do meu partido, não posso deixar, neste momento, de render as minhas homenagens pelo trabalho que estão fazendo na Câmara dos Deputados. É muito importante haver esse nível de representação no Legislativo Federal, uma representação de qualidade, de compromisso e, principalmente, de querer que os trabalhadores do Distrito Federal tenham todos os seus direitos assegurados. Os PMs e bombeiros militares terão a possibilidade da Gratificação de Risco de Vida, além do aumento, e todos os cargos comissionados, não só os do Distrito Federal, mas os de todo Brasil, que são trabalhadores de fato, com disponibilidade de horário integral, terão os mesmos direitos que qualquer outro trabalhador.

Deixo aqui registrada a minha homenagem ao Deputado Jofran Frejat e ao Deputado Laerte Bessa.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nesta última sessão do semestre, quero apenas deixar, mais uma vez, o meu pedido para que o Governo do Distrito Federal gaste mais na Educação e Saúde e menos na contratação de cargos comissionados.

Volto a reiterar alguns números. A França inteira possui 4.800 cargos comissionados; os Estados Unidos inteiro possuem 5.600 cargos comissionados; e o Distrito Federal, de tamanho tão pequeno, possui 14 mil, o triplo de cargos comissionados da França inteira.

A meu ver, isso é um desperdício de dinheiro público, de um dinheiro que deveria estar sendo empregado na Educação e na Saúde pública. Saúde esta em que as pessoas se acotovelam nas emergências dos prontos-socorros, tendo que esperar às vezes sete horas para serem atendidas. E o Governo contrata cabos eleitorais, travestidos em cargos comissionados. É um absurdo! Eu penso que deve haver cargos comissionados, porque algumas funções são de confiança, como o cargo de secretária, de chefe de gabinete, mas não nesse volume que existe. Esse excesso é um verdadeiro desperdício de dinheiro público e não zela pelo bom gasto do dinheiro do contribuinte do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	5

Sr. Presidente, era isso o que eu tinha a dizer. Eu faço esse apelo, mais uma vez, porque eu penso que isso são números, são fatos, não é apenas um discurso político. Não há nada que justifique o Distrito Federal ter mais do que o triplo de cargos comissionados que a França. Além disso, a ocupação dos cargos no Estado deveria priorizar a qualificação técnica daqueles que fizeram concurso público, e não simplesmente dos apaniguados do Governo de plantão.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento as pessoas presentes na galeria que estão reivindicando a aprovação do projeto que trata da Bolsa Universitária. A Bancada do Partido dos Trabalhadores: Deputados Paulo Tadeu, Chico Leite e Erika Kokay, e os técnicos do PT se debruçaram desde ontem sobre este projeto e fizeram várias alterações para que todas as reivindicações de vocês pudessem ser atendidas. E, com certeza, o projeto ganhou e muito com a participação das lideranças e dos técnicos para que pudesse ser votado hoje em plenário.

Sr. Presidente, também quero abordar uma questão que tratamos ontem nesta Casa: o reajuste do salário dos servidores públicos. O Governo alega que não tem recursos, e essa tem sido a tônica do Governo do Distrito Federal, do Governador Arruda o tempo todo.

Agora, o que chama a atenção, e a Bancada do Partido dos Trabalhadores fez uma notificação ao Tribunal de Contas e solicitou uma auditoria em cima de mais um contrato feito sem licitação, é o contrato da Sangari. Deputado Reguffe, um Governo que diz que não tem dinheiro – V.Exa. acabou de falar sobre o problema na Saúde e na Educação – fez um contrato com a Sangari de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) sem licitação. Já chega a quase um bilhão e duzentos os contratos do GDF feitos de forma emergencial e a maioria deles sem licitação. Fruto inclusive de uma operação da Polícia Federal e do Ministério Público, que é a operação *megabyte*. E olha que é *megabyte*! A situação está crítica para um Governo que chegou ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deputado Paulo Tadeu, foram R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais)! V.Exa. fez denúncia com relação ao fechamento dos laboratórios nas escolas públicas do Distrito Federal. Inclusive, na segunda-feira, em uma reunião com o Governador, V.Exa. propôs a realização de uma audiência pública para discutir esse assunto, porque ficou preocupado quando foi procurado pelos alunos de escolas públicas do Distrito Federal. O Governo do Distrito Federal está fechando laboratórios de escolas públicas e faz o contrato com a Sangari para que sejam fornecidos kits de ciências. São copos descartáveis e alguns livros que nem chegaram ainda à Secretaria de Educação do Distrito Federal, e arquivos de aço, que essa empresa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	6

inclusive não produziu. Foi a terceirização da terceirização da Educação. O Governo do Distrito Federal terceirizou para a empresa Sangari, a empresa Sangari terceirizou para outras empresas e já recebeu mais de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Mas o Tribunal de Contas do Distrito Federal está realizando uma auditoria e determinou a suspensão do pagamento.

A única explicação que o Secretário de Educação, Luiz Valente, dá é que se trata de uma licitação de produto singular. Realmente, é muito singular – trezentos milhões de reais é um valor singular, é muito simples, e, para o GDF, não faz diferença nenhuma. Faz diferença quando encaminha para a Câmara Legislativa projeto de aumento de salário do servidor, abrindo um *apartheid* na carreira da saúde pública, como aconteceu ontem. Faz diferença, de forma singular, quando não dá reajuste digno para a Educação nem para os profissionais de segurança pública. O Governo age de forma reativa, não proativa. O Governo dizia não ter recursos, mas firmava vários contratos, como o da Brasília-Tur, conforme verificamos na denúncia feita pelo Deputado Chico Leite. Houve vários contratos que estamos, agora, por intermédio do SIGO, monitorando para apresentar os resultados aos nobres Parlamentares e à sociedade do Distrito Federal. Como um Governo que se diz de autogestão faz um contrato de trezentos milhões de reais?

Sr. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores está atenta a tudo isso. Ontem, entregamos uma representação ao Ministério Público do Distrito Federal solicitando a suspensão desse contrato com a Sangari de trezentos milhões de reais. É inadmissível que a Educação do Distrito Federal esteja um caos, que os professores estejam passando por sérias dificuldades, bem como a Saúde Pública e a Segurança Pública, e o Governo faça um contrato desse montante de recursos sem licitação!

Então, isso é apenas uma demonstração de que o Governo do Distrito Federal, o Governador Arruda, não prima pelos recursos públicos, não prima pela arrecadação oriunda do contribuinte do Distrito Federal!

Sr. Presidente, essa é mais uma demonstração da não-preocupação com o recurso público proveniente do contribuinte do Distrito Federal e da sua má utilização pelo Governador José Roberto Arruda.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA

Item nº 25:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que "dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	7

água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 599, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui a tarifa zero ao consumidor Idoso referente ao serviço de água e energia elétrica e dá outras providências”.

Relatores: Deputado - CAS  
Deputada: Luzia de Paula - CDC  
Deputado - CCJ.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 26:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 861, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o desafio do cerrado de *mountain bike*”.

Relatores: Deputado - CAS  
Deputado - CCJ.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 861, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o desafio do cerrado de *mountain bike*”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Cabo Patrício para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	8

Solicito ao Relator, Deputado Cabo Patrício, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 861, de 2008, de autoria do Deputado Pedro do Ovo, que "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o desafio do cerrado de *mountain bike*".

Sr. Presidente, o projeto não recebeu nenhuma emenda.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 861, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero levantar uma questão sobre os trabalhos desta Casa. Sinceramente, acho importante votarmos projetos de Parlamentares, mas quero chamar a atenção de V.Exa. e do Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, para duas questões: primeiramente, quero dizer que aprovamos vários projetos de Parlamentares no primeiro semestre. Praticamente todos os projetos aprovados não foram regulamentados pelo Governador. Devemos parar de iludir a sociedade. Aprovamos os projetos, mas, na maioria das vezes, acabam vetados e voltam à Câmara Legislativa. Derrubamos os vetos do Governador e simplesmente S.Exa. não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	9

regulamenta as leis. O resultado de não regulamentarem nossas leis é que elas não têm qualquer valor; portanto, não entram na vida das pessoas que moram nesta cidade. Inclusive, eu não tenho projeto na pauta de hoje. Neste momento, o mais importante é exigir do Governo que regulamente nossas leis. Estou cansado de aprovar leis nesta Casa e simplesmente não vê-las vigorarem na vida das pessoas porque o Governador não as regulamenta. Esta Casa tem de exigir do Governador e do Poder Executivo que regulamentem as leis aprovadas e respeitem as decisões desta Casa. Essa é a primeira questão. Por isso, acho inócuo que, neste momento, aprovemos leis de Parlamentares, enquanto o Governo não se comprometer a regulamentar as leis dos Parlamentares, muitas vezes, sancionadas pelo próprio Governador.

A segunda questão, em respeito às pessoas que estão na galeria e vieram ver a votação do projeto Bolsa Universitária, é que começássemos a apreciação desta matéria de interesse delas. Não é possível que comecemos a votar uma série de matérias, enquanto temos a galeria cheia de estudantes dispostos a assistir à votação desse projeto.

Então, solicito a V.Exa. que mude a pauta e que votemos imediatamente o projeto da Bolsa Universitária, sobre o qual já há acordo, em respeito às pessoas que aqui estão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa., com a ressalva de que o projeto ainda não está em ponto de votação. Tão logo esteja pronto, com a assessoria da Mesa, nós o colocaremos em apreciação.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Paulo Tadeu quanto a colocarmos imediatamente em votação a questão do projeto da Bolsa Universitária.

Quanto à intervenção do Deputado Paulo Tadeu a respeito da falta de regulamentação dos projetos por parte do Governo, penso que esta Casa tenha de fazer alguma coisa. Alguns projetos são aprovados e simplesmente não são colocados em prática. Outro dia, um senhor ficou cego de um olho porque não foi colocado em prática um projeto de minha autoria, já aprovado, que exige, como acontece em vários países, que os cortadores de grama utilizados em gramados públicos tenham uma rede de proteção de segurança em volta da hélice para evitar que se arremessem objetos passíveis de ferir pessoas. Um senhor ficou cego de um olho porque ninguém colocou a lei em prática.

Eu não sei a quem cobrar mais: já fui ao Governador, ao Ministério Público... Só falta eu ir ao Papa. Como sou católico, vou mandar uma correspondência a S. S..



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	10

Do jeito que está: a lei é aprovada e ninguém a coloca em prática, não dá. Não sei mais de quem cobrar, sinceramente!

A Presidência desta Casa tem de fazer algo para defender uma das prerrogativas do Poder Legislativo, que é aprovar leis, que têm de ser colocadas em prática e não estão sendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Reguffe, foi acordado ontem que votaríamos os projetos dos Deputados em primeira mão. Todos os Deputados acordaram isso. Com o reforço, na Secretaria de Assuntos Parlamentares, graças à chegada do Maciel, acredito que o funcionamento melhorará daqui para frente. O Líder do Governo poderá se pronunciar quanto a isso, mas tenho certeza de que vai melhorar. Eu tenho interesse também, porque há projetos meus para serem regulamentados.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma ponderação: esse debate sobre a regulamentação das leis já fazemos há muito tempo. Ouvi o Deputado Reguffe, o Deputado Paulo Tadeu, o Deputado Milton Barbosa falarem a respeito do tema e irei propor a nossa Bancada que oficiemos à Presidência da Mesa, para que a Mesa represente ao Ministério Público, institucionalmente, para que ele intervenha, de forma que a lei que não for regulamentada no prazo legal tenha aplicação automática, de ofício, tenha eficácia própria, como manda o Direito Constitucional moderno.

A segunda observação, Sr. Presidente, é que precisamos urgentemente colocar em votação o projeto que trata da Bolsa Universitária. O projeto foi construído pelo conjunto de Líderes ainda nessa manhã, a partir do original vindo do Governo. Foi uma idéia gestada ainda no período do Governo do Partido dos Trabalhadores. O Presidente Lula tem feito muito, no plano nacional, e é preciso que nós imediatamente comecemos a fazer aqui no Distrito Federal. É triste querer estudar e não se poder porque, lamentavelmente, a Educação virou, por essas óticas, uma mercadoria. Então, é urgente que votemos a lei com as emendas e com a construção coletiva desta Casa Legislativa.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer apenas um comentário: o Deputado Cabo Patrício nos informou que o Governo fez um contrato, sem licitação, no valor de R\$



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	11

300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Esse contrato emergencial foi feito com a Sangari, empresa que atua em 45 países. O MEC considerou esse o melhor projeto pedagógico da América Latina. Isso significa, Deputado Paulo Tadeu – V.Exa. que tanto luta por recursos para a Educação –, R\$ 15,00 (quinze reais), por aluno no Ensino Fundamental. A previsão de gastos neste ano é de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais). O Deputado talvez tenha projetado isso aí para os próximos cinco ou dez anos. Portanto, cada aluno hoje da rede pública custa algo em torno de R\$ 600,00 (seiscentos reais). O Investimento de R\$ 15,00 (quinze reais), *per capita*, significa investir 0,25%, em cada aluno, e trazer, para a realidade, um laboratório de ciências praticamente dentro de cada sala de aula. Portanto, é o melhor custo-benefício que isso pode ter: melhorar a qualidade da Educação. Não tenho dúvida de que, nas próximas provas, os resultados já serão latentes com esse Investimento. O Governo não fez o contrato de emergência, ele apenas fez o contrato por inexistência, considerando a *expertise* dessa empresa, que atua em 45 países, hoje, do mundo.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de manter o meu posicionamento de ontem de que, ao invés de seguirmos apreciando todos os itens da pauta – até porque tem os projetos do Executivo para serem votados – que votemos os projetos de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado, é isso que estamos tentando fazer. Votamos o primeiro e estamos tentando partir para o segundo, mas o debate está impedindo.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mas eu ainda gostaria de fazer mais comentários sobre o assunto que o Deputado Leonardo Prudente citou, relacionado à empresa Sangari, uma empresa *expert*, presente em 45 países. Eu não posso deixar de me posicionar porque S.Exa. me citou. Realmente essa empresa é uma *expert*. O Deputado Leonardo Prudente esqueceu-se de falar que os materiais estão vencendo. Inclusive, foram mostradas ontem, ao meio-dia, por uma emissora de televisão, no noticiário local, coisas cujo prazo de validade está vencendo e os objetos contratados vencem em 2010. A capacitação dos profissionais e professores, mencionada pelo Secretário de Educação, Sr. Luís Valente, termina no ano de 2010. Quando o Governo terminar de capacitar os professores, automaticamente, vai ter de renovar o contrato, é claro. Então, já se faz uma estimativa para os próximos cinco anos, sem contar a renovação do contrato, pois, se os professores estão capacitados e o contrato foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	12

feito por inexigibilidade, conforme V.Exa. argumentou, alguém tem dúvida de que o Governo vai prorrogar esse contrato?

É por isso que o Tribunal de Contas do Distrito Federal acatou a auditoria que a Bancada do Partido dos Trabalhadores solicitou. Esperamos que o Ministério Público – é claro – decida pela suspensão do contrato.

**PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 27:**

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 783, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada”.

Relatores: Deputado Cristiano Araújo - CES  
Deputado - CCJ.

A matéria não recebeu pareceres das comissões.

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Sollicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde.

**DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 783, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal, o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada”.**

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, somos favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer.

**PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde . (Pausa.)**

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	13

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 783, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “assegura a todas as crianças nascidas nos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes da Rede Pública de Saúde do Distrito Federal, o direito ao teste de triagem neonatal, na sua modalidade ampliada”.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, somos favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 783, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 28:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 836, de 2008, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “declara de utilidade pública a Academia de Medicina de Brasília, e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	14

Deputado

-CCJ.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 836, de 2008, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “declara de utilidade pública a Academia de Medicina de Brasília, e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, não encontramos nenhum óbice; somos, portanto favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Chico Leite, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, designo o Deputado Pedro do Ovo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 836, de 2008, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “declara de utilidade pública a Academia de Medicina de Brasília, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis à aprovação do projeto.

É o parecer.



Data	Horário Início	Sessão/Remissão	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 836, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 29:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 337, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “dispõe sobre a criação do Programa Parto Humanizado, no âmbito do Governo do Distrito Federal”.

Relatores: Deputada Erika Kokay - CES

Deputado - CCJ.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito vista do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência concede vista do projeto ao Deputado Wilson Lima.

Item nº 30:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 600, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “Institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Pedro do Ovo - CES

Deputado - CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	16

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao Projeto de Lei nº 600, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que "institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Educação e Saúde, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 600, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que "institui o Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência Integral às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	17

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 600, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já havia solicitado anteriormente, até em respeito aos estudantes que se encontram na galeria, que votássemos o projeto relativo à Bolsa Universitária. Como já há acordo com relação a esse projeto, eu queria pedir a V.Exa. que apreciássemos a matéria, agora, neste plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Paulo Tadeu, na verdade, estávamos aguardando o substitutivo. Ele já está pronto e, neste momento, estamos assinando e recolhendo a assinatura dos demais Parlamentares para, então, passarmos à sua votação. A Presidência, portanto, acata a solicitação de V.Exa.

Item nº 41:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e determina outras providências”.

Relatores: Deputado Raad Massouh - CES  
Deputado Cristiano Araújo - CEOF  
Deputada Eurides Brito - CCJ.

A matéria não tem parecer e recebeu um substitutivo de Plenário.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na apreciação do projeto em primeiro turno, a Bancada do PT apresentou sete emendas, que foram incorporadas ao substitutivo, conforme informado pelo Líder do Governo no acordo estabelecido entre as Lideranças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	18

Solicitamos a retirada das emendas, tendo em vista que elas já foram incorporadas ao substitutivo, ficando apenas uma emenda para o segundo turno, que está sendo analisada pelos Parlamentares.

**PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO)** – A Presidência acata a solicitação de V.Exa. e retira as emendas do projeto.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

**DEPUTADO BISPO RENATO (PR.** Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Educação e Saúde ao substitutivo, de autoria de vários Deputados, ao Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e determina outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do substitutivo apresentado ao referido projeto de lei complementar.

É o parecer.

**PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO)** – Em discussão o parecer da Comissão de Educação e Saúde. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

**DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP.** Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e determina outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do projeto na forma do substitutivo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	19

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Bolsa Universitária, nas modalidades que especifica, e determina outras providências”.

Esta mensagem é oriunda do Poder Executivo e já tramita nesta Casa há algum tempo. Durante esse período, ela foi aperfeiçoada com a apresentação de várias emendas e, hoje, estamos aqui analisando-a sob o ponto de vista da constitucionalidade e da admissibilidade.

Analisando este projeto, de maior valor social, percebemos que ele possibilitará, sem dúvida alguma, que um maior número de estudantes ou de aspirantes aos cursos universitários possam ter a oportunidade de dar prosseguimento aos seus estudos.

O projeto veio respaldado, embasado com uma justificção que descreve bem o que pretende o Sr. Governador ao apresentar uma nova legislação para o Programa Bolsa Universidade. Emendas foram apresentadas, e a última reunião de conciliação entre as emendas e as tendências dos Parlamentares foi realizada na manhã de hoje, com a presença dos assessores de praticamente todos os partidos representados nesta Casa.

O Partido dos Trabalhadores havia apresentado algumas emendas, mas, como fruto da reunião da manhã de hoje, elas foram retiradas pelo próprio PT porque foram encampadas no termo substitutivo, que é o termo que nós vamos submeter à aprovação na tarde de hoje – até porque o substitutivo representa o consenso de várias discussões aqui havidas no decorrer desse período. Por isso mesmo, não vemos nenhuma Inconstitucionalidade, não há vício de iniciativa e nem transgressão à técnica legislativa, podendo o projeto ser aprovado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	20

Encaminhamos, pois, pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 22 Deputados.

Srs. Deputados, na verdade, eu não sei se há um número excessivo de pessoas no plenário, mas, sem dúvida alguma, há ruído excessivo aqui dentro.

A Presidência pede à Segurança que verifique se todas as pessoas que estão no plenário estão credenciadas. Quem não estiver credenciado, por favor, queira se retirar do plenário, pois a Segurança vai conferir.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008, na forma do substitutivo.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou votar favoravelmente ao projeto que cria o Programa Bolsa Universitária, é claro. Agora, quero fazer algumas considerações sobre essa proposição, com toda a franqueza e com toda a sinceridade. A primeira observação é que esse projeto reserva somente 35% das vagas para alunos oriundos das escolas públicas. Em minha opinião, esse é um percentual pequeno, até porque o que objetiva um projeto de Bolsa Universitária é, de forma precípua, atender ao aluno oriundo da escola pública, pessoa carente e humilde. Pode atender também às pessoas de classe média? Pode! Mas o objetivo principal de um projeto que crie um programa de renda universitária é atender ao aluno que vem da escola pública e dar uma chance e essa pessoa de poder concluir seu curso superior.

Portanto, eu vou votar favoravelmente a esse projeto, não tenho nenhuma dúvida quanto a isso, mas penso que esse percentual de 35% é pequeno!

Em segundo lugar, eu penso que o Programa da Bolsa Universitária deveria ter uma contraprestação em termos de serviço social. Isso ajudaria o estudante a crescer, inclusive como cidadão e ser humano. Uma dessas questões poderia ser, por exemplo, ajudar na alfabetização de adultos. Qualificar-se para ser alfabetizador de adultos e alfabetizar pessoas. Com isso o estudante cumpriria três papéis. Primeiro, alfabetizaria pessoas que precisam aprender a ler e escrever. Essa é a maior dívida que o Estado brasileiro tem com a parte mais pobre da sociedade! Segundo, ajudaria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	21

o estudante a concluir o curso superior com que ele tanto sonhou. Terceiro, ajudaria esse estudante a crescer também como ser humano, pois ele teria contato com uma realidade totalmente distinta da dele, com pessoas que não tiveram as chances na vida que ele está tendo. Isso o ajudaria a crescer inclusive como ser humano. Penso que é um ótimo projeto, até porque muitas pessoas não têm condições de fazer seu curso superior, e cabe ao Estado propiciar essas condições! Não é somente filho de família rica que pode concluir uma faculdade. Filho de família pobre tem de ter esse mesmo direito, e cabe ao Estado propiciar isso! Aliás, o Estado brasileiro tem as prioridades equivocadas: gasta muito em obras físicas e pouco em Educação. O Estado brasileiro gasta em Educação metade do que a Coréia do Sul gasta em seu Orçamento público! Isso é um crime com as futuras gerações! Talvez porque as obras físicas apareçam mais para a população, são mais visíveis do que investir em recursos humanos, investir no futuro.

O grande equívoco dos legisladores deste País é ter feito opções equivocadas em termos de prioridades. É preferir o investimento em obras ao em Educação. E essa mudança tem de ser feita no Orçamento, colocando-se mais recursos em Educação.

Por último, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero falar aos estudantes que vão ser contemplados com o Projeto Bolsa Universitária: vocês nunca devem se esquecer de que a razão principal de estarem ali não é apenas seu futuro – e eu tenho de ser sincero ao dizer isso. É o futuro da sociedade! Vocês devem pensar no bem comum, no futuro desta sociedade e em tudo o que queremos construir no futuro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito, próxima oradora inscrita.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é sobre o assunto em votação: eu gostaria de conversar algumas coisas sobre esse assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não, Deputado Roberto Lucena! V.Exa. quer é se inscrever para discutir a matéria.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – É!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – V.Exa. está inscrito, então. E será chamado na ordem de inscrição.

A próxima oradora é a Deputada Eurides Brito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	22

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero fazer três observações ao me congratular, na tarde de hoje, com os estudantes que aqui estão pela aprovação, em primeiro turno, desse projeto de lei. Eu não poderia me furtar a fazer essas três considerações, antes ressaltando ao Setor de Taquigrafia que o projeto foi aprovado nos termos do substitutivo! Porque a Assessoria de Plenário achou que isso não tinha ficado claro. Então, quero esclarecer esse ponto. A primeira consideração que faço é a seguinte: todo projeto de lei ou toda lei precisa, progressivamente, ser aperfeiçoada. E essa observação vai para as universidades e faculdades isoladas que serão contempladas pelo Programa Bolsa Universidade. Estas deveriam, no meu entendimento, para ingressar nesse programa, disponibilizar vagas em todos os cursos oferecidos, não apenas em alguns determinados cursos! Porque isso, ao invés de se tornar um benefício, poderá se transformar em uma tremenda discriminação. Por exemplo, a faculdade se inscreve, é aceita no Programa, tem curso de Direito, mas não abre vagas para bolsistas nesse curso. Só abre vagas para bolsistas em determinados cursos. E assim por diante. Eu acho que essa discriminação não poderia existir. Para uma faculdade ingressar no Programa, deveria disponibilizar vagas no espectro dos cursos oferecidos! Senão, vai ser criada uma casta! Haverá cursos, no Brasil, destinados a pobres e cursos destinados àqueles que podem pagar realmente altas mensalidades. Então, acho que essa não é uma questão ainda bem tratada pela proposição. Não creio que esteja bem resolvida da forma como está.

A outra observação é a de que não se direcionem os universitários para este ou aquele programa social! Eles não podem ser dirigidos! Por exemplo, estes vão trabalhar em asilos; aqueles, em creches. Nós devemos respeitar a vocação do universitário. Se não se respeitar a vocação do universitário, a Bolsa perderá um dos seus objetivos: servir de estágio. Desde que o aluno entra na universidade, ele já poderia ser encaminhado para um tipo de serviço que tenha uma correlação com o curso em que está matriculado. Aí, todos ficariam bem servidos! O universitário vai prestar aquelas horas de serviço de bom grado, porque aprenderá e reforçará seus conhecimentos no curso em que está matriculado. E os que estão envolvidos naquele ambiente não serão prejudicados com um estagiário que não tem o menor talento para desenvolver a atividade proposta, o qual poderia estar em outra atividade, desenvolvendo seu talento de forma mais satisfatória.

A última observação é que eu espero seriedade na seleção dos bolsistas. A Bolsa deve ir para quem realmente precisa e não para aquele que tem quem o indique. Essa é uma condição primordial, senão ela deixa de ser uma Bolsa para universitários carentes para se transformar numa Bolsa de protegidos políticos. Realmente, acho que o programa não pode se enquadrar num espectro dessa natureza. Aos estudantes, digo: não se vendam. Lutem pela Bolsa dentro dos critérios e denunciem quem aparecer oferecendo facilidades de matrículas para que vocês tenham compromissos prematuros, precoces com candidato A ou candidato B.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	23

Isso não deve existir. Nossa consciência vale muito mais do que uma bolsa de estudo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a pala ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiz questão de debater esta matéria porque acho que, quando falamos em Bolsa Universitária, estamos tratando de inclusão, muitas vezes, de jovens oriundos de escolas públicas que não têm oportunidade de ingressar na universidade pública. Existe aqui uma inversão de valores. Muitas vezes, os alunos oriundos das escolas particulares, por terem condições de frequentar cursinhos, têm acesso à universidade pública; e os alunos oriundos das escolas públicas, por não terem condições de concorrer, muitas vezes, com os alunos egressos das escolas particulares, ficam à margem das universidades particulares.

Hoje, há excesso de universidades particulares no Distrito Federal, o que, de certa forma, também compromete a qualidade do ensino oferecido.

Neste País, o ensino técnico profissionalizante não é valorizado. Em países desenvolvidos, existe a opção de mercado de trabalho para o ensino técnico-profissionalizante. No Brasil, se a pessoa não tiver um curso de nível superior, está excluída do mercado de trabalho. Então, é importante também fazermos essa reflexão: deveria existir neste País e nesta cidade uma alternativa entre o ensino médio e o ensino superior. O ensino técnico-profissionalizante é que deveria capacitar a mão-de-obra qualificada. Assim, o nível superior não necessariamente deveria ser a única opção de acesso ao mercado de trabalho.

Em relação ao projeto apresentado, quero me somar à Deputada Eurides Brito no que diz respeito a essa segregação. Se o Estado vai contribuir com a mensalidade desses alunos, que eles tenham direito de acesso a todos os cursos oferecidos pela universidade, que não seja feita discriminação de cursos. Seria extremamente injusto com esses estudantes que, na universidade, existissem turmas e cursos para bolsistas e que outros cursos fossem abertos para aqueles que têm condições de custear as mensalidades. Sr. Presidente, talvez isto tenha de ser uma determinação desta Casa: que seja universalizado aos alunos o direito de acesso a todos os cursos das universidades que estiverem credenciadas para atender a esses alunos.

Por fim, não deve haver apadrinhamento de universitários para o programa de bolsas. Isso seria uma distorção do projeto. É fundamental que todos os alunos tenham direitos iguais de concorrer a essas vagas e que elas permitam que esses alunos tenham acesso aos cursos que acharem convenientes.

Aos jovens que aqui estão hoje participando da sessão, quero dizer que isso é muito bom, porque é um mecanismo de pressão e demonstra que há interesse por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	24

parte da sociedade. Durante muitos anos, tentaram desestruturar o movimento estudantil, os grêmios estudantis, as escolas, tentando imputar uma pecha de que a juventude do Distrito Federal é alienada e não participa dos movimentos. Este plenário lotado hoje é a prova de que há, sim, mobilização por parte dos estudantes do Distrito Federal e de que eles querem e vão acompanhar a transparência do projeto da Bolsa Universitária. Desejo sorte a todos. Eu gostaria de declarar que o meu voto será favorável ao projeto, mas com a ressalva de que tenha a universalidade de acesso e de que os estudantes tenham o direito de escolher o curso mais adequado à vocação deles.

Um grande abraço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua a discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Berinaldo Pontes.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estudantes aguerridos, incansáveis e, acima de tudo, que sabem brigar pelos seus direitos, esta lei vem na perspectiva não do favor, mas da obrigação do Estado. O Estado tem de cuidar da nossa juventude, de cuidar da nossa sociedade. O Estado que sabe da importância do jovem e dos estudantes sabe da importância da academia no cotidiano da nossa sociedade. É bom dizer que os estudantes vão pagar a Bolsa Universitária, mas vão pagar com dedicação, com o trabalho para a sociedade, para não deverem favor para ninguém e para que este projeto venha na perspectiva do direito e não na perspectiva do favor. Só quem estudou em faculdade privada sabe o quanto é difícil pagar altas mensalidades neste nosso País. E, no Distrito Federal, não é diferente. O jovem não precisa do peixe, ele só quer uma varinha para pescar o seu peixe.

Deputado Rogério Ulysses, Deputada Luzia de Paula, Deputado Cabo Patrício, Deputada Jaqueline Roriz, Deputado Pedro do Ovo, Deputado Paulo Tadeu, Deputada Erika Kokay, Deputado Paulo Roriz, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Leonardo Prudente, Deputado Milton Barbosa, Deputado Roberto Lucena, Deputado Alírio Neto, Deputado Dr. Charles, Deputado Wilson Lima, Deputada Eliana Pedrosa, eu não tenho dúvida de que esta Casa faz história hoje, porque ela trabalha na perspectiva de valorizar a nossa juventude, que é a massa pensante desta sociedade e que levará o Distrito Federal para o progresso.

Teremos orgulho de ir à formatura de vocês, estudantes, e vê-los pegando o canudo e jogando o chapéu para o alto. Parabéns! Que Deus os abençoe.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo, até mesmo em respeito aos estudantes,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	25

para que votemos imediatamente o projeto. Os estudantes estão aguardando desde as 14h. Solicito aos Deputados que forem discutir que abreviem a discussão, para começarmos rapidamente a votação. Inclusive, estou abrindo mão da minha fala.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para discutir. Sem revisão da oradora.)  
– Sr. Presidente, prezado Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, serei bem rápida na minha fala, mas é importante pontuar algumas coisas aqui em função do que já foi dito. Eu tive a oportunidade de trabalhar neste projeto no Executivo por muito tempo. E hoje tive a felicidade de estar de volta à Câmara Legislativa para poder votar no projeto. Trabalhei e vou votar. Eu gostaria de chamar a atenção de todos os universitários sobre a importância da Câmara Legislativa. Embora eu e várias outras pessoas do Governo, o José Humberto, o Consultor Jurídico, a Procuradoria Jurídica estivéssemos debruçados nesse projeto por muito tempo, esse projeto chegou a esta Casa e foi aperfeiçoado. Foi preciso que os Deputados e os seus assessores participassem para torná-lo mais justo. Então, quero que vocês saiam desta Casa com o sentimento da importância da Câmara Legislativa e do trabalho parlamentar de cada um dos que estão aqui.

Na manhã de hoje, muitas emendas foram apresentadas, do Deputado Paulo Roriz, do Deputado Leonardo Prudente, de minha autoria, dos Deputados da Bancada do PT, do Deputado Alírio Neto, do Deputado Reguffe, do Deputado Berinaldo Pontes, do Deputado Rogério Ulysses... Todos nós tivemos a oportunidade de apresentar nossas contribuições. Hoje, no projeto que votaremos, não é a faculdade que diz o curso que o aluno vai fazer, não! É por demanda. Se o aluno faz Direito, ele tem o direito de obter a vaga de Direito; se faz Medicina, ele tem direito à vaga de Medicina; se faz Engenharia, ele tem direito à vaga de Engenharia. Agora, será dada a vaga no curso que o aluno que preenche as condições quer fazer.

O Deputado Reguffe disse aqui, e nós todos já havíamos concordado, que principalmente os alunos egressos de escola pública têm de ter direito a essas vagas. Então, estão reservados – e estamos trabalhando nessa emenda – até, no mínimo, 50% das vagas aos alunos egressos de escolas públicas.

É importante dizer que esta Câmara Legislativa, por meio do trabalho de cada um dos seus Parlamentares, está atenta ao clamor das ruas, está atenta ao que a sua juventude tem a dizer, e nós damos o recado.

Parabéns para vocês que lutaram por esse direito! Parabéns a cada um dos Parlamentares desta Casa. E vamos para a grande vitória, que é a aprovação desse projeto. Muito Obrigada!

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	26

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores não poderíamos deixar de debater o tema, primeiro pela importância do projeto; segundo, porque o Governo Federal, o Presidente Lula, instituiu o ProUni, que hoje atende a milhares de estudantes em todo o País e aproximadamente oito mil e quinhentos estudantes em universidades particulares do Distrito Federal. Por intermédio do ProUni, demonstrou-se o quanto foi acertada essa política, o quanto possibilitou, Deputado Cristiano Araújo, o acesso de diversos brasileiros à universidade, portanto, ao ensino superior. Queremos chamar a atenção dos estudantes e da Imprensa para as mudanças efetuadas no projeto original do Governo a partir das emendas da Bancada do Partido dos Trabalhadores e dos demais Parlamentares também.

A primeira questão é que ainda estamos preocupados porque o Governo do Distrito Federal não sinalizou, de maneira clara, quantos jovens quer atender no Distrito Federal com o referido programa. Foi dito verbalmente – não está escrito – que o Governo quer chegar ao número de dez mil estudantes no Distrito Federal. Nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores achamos que isso é pouco. Ora, se o Governo Federal já atende a oito mil e quinhentos estudantes aqui no Distrito Federal, tenho certeza de que o Governo local pode ampliar esse número para garantir que um maior número de estudantes tenha acesso ao ensino superior.

Quero destacar, também, Sr. Presidente, por meio da ação do nosso Líder, Deputado Cabo Patrício – e chamo a atenção do Deputado Reguffe –, que o projeto original do Governo não estabelecia cotas, por exemplo, para os estudantes do ensino público. E foi por intermédio da emenda da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputada Erika Kokay, que conseguimos, com as negociações, colocar no projeto os 35%. Ora, se existe hoje uma cota de 35% para alunos oriundos das escolas públicas, Deputado Cabo Patrício, é pelo trabalho feito por diversos Parlamentares, inclusive, da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Outra contribuição importante foi a cota para pessoas portadoras de deficiência, que não constava da proposta original do Poder Executivo. Foi a partir da proposta da Bancada do Partido dos Trabalhadores, discutida com os demais partidos, que ampliamos esse acordo.

Outra questão importante foi a cota para alunos da raça negra. Houve acordo entre todos os partidos políticos para que o percentual dessa cota fosse de 5%. Estamos seguindo a tendência do cenário nacional e do ProUni.

Existe também uma questão fundamental levantada pela Deputada Eurides Brito que queremos reforçar. Foi a partir de uma emenda trabalhada por todos os partidos e pela Bancada do Partido dos Trabalhadores que conseguimos estabelecer critérios de transparência, como, por exemplo, a publicação do edital nos sites do Governo. Por meio das emendas, estabelecemos critérios que darão transparência à escolha. Sem isso, a Bancada do Partido dos Trabalhadores seria contrária à



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	27

aprovação do projeto. Mas, com as modificações citadas por mim, não tenho dúvida de que temos de aprovar esse projeto, pois melhorará a vida de milhares de estudantes.

A única questão em que não conseguimos avançar e que apresenta uma mudança significativa entre o que determina o ProUni e o que determina o Bolsa Universitária é a exigência da contrapartida por parte do projeto do Poder Executivo – isso não foi mudado. No ProUni, não existe contrapartida, o que significa mais facilidade para que os estudantes possam ter a Bolsa Universitária. Aqui o Governo está exigindo, como contrapartida, mesmo para alunos que estudam de manhã, à tarde, a prestação de serviços sociais ou mesmo serviços em escolas. Esse foi o único ponto em que não conseguimos avançar. Queríamos retirar as contrapartidas, pois isso atrapalha o aprendizado do aluno. O estudante precisa ter liberdade para estudar, tem de ter o pensamento voltado para o estudo. Não se deve exigir contrapartida. Muitos estudantes têm de trabalhar o dia inteiro para poder sustentar a si mesmo e à família nessa difícil vida. Estamos felizes com as mudanças feitas no projeto e esperamos muito que o Governo do Distrito Federal possa ampliar o benefício para todos os jovens de nossa cidade.

Muito obrigado e parabéns aos estudantes que aqui estão.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a única coisa que peço é que vigiem seriamente a distribuição. Tudo já foi falado. Agora tem de haver uma transparência. Poderíamos até arrumar uma forma de vigilância. Quanto mais a pessoa for necessitada, mais precisa possuir a Bolsa, independentemente de ser aleijado, branco ou negro. Deve haver punição ao aluno que, mesmo tendo condições financeiras, receber a Bolsa. A punição deve ser para o aluno e para quem o favoreceu .

Era o que eu tinha a dizer. Meus parabéns aos estudantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria saudar cada um e cada uma de vocês na Câmara Legislativa. Hoje daremos visibilidade às paredes e aos tetos de vidro que existem nesta cidade. Falo isso porque temos aqui um Ensino Médio que tem basicamente uma única finalidade: o cumprimento de degrau por degrau das séries. Isso tem por única finalidade que os meninos e as meninas cheguem à universidade. Após o último degrau, a porta está fechada para a maioria das pessoas que moram nesta cidade. A universidade pública não foi feita – como é hoje – para abarcar todas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	28

e todos. A faculdade privada, muitas vezes, tem um preço que é absolutamente proibitivo para a maioria da população do Distrito Federal.

Portanto, não temos aqui o ensino técnico, como disse o Deputado Rogério Ulysses, ou pelo menos não temos em quantidade suficiente; temos um ensino que só serve para se galgar a condição de universitário. Após anos de estudo, encontramos as portas fechadas.

Ao aprovarmos a Bolsa Universitária, estamos reconhecendo que a nossa universidade pública não comporta todas as pessoas. E é por isso que nós do Partido dos Trabalhadores apoiamos o Renda Universitária, apoiamos a Bolsa Universitária, porque ela vem na lógica do ProUni, a lógica de construir uma sociedade em que tenhamos igualdade de oportunidades, em que quem queira ser advogado, pedagogo, professor... tenha condição de sê-lo, independentemente da família em que nasceu. Por isso a nossa preocupação foi estabelecer uma cota de 35% dos meninos e das meninas que concluíram o Ensino Médio e vieram de escola pública.

A contrapartida que o Governo deveria exigir de vocês era apenas uma: que vocês se formassem e se tornassem excelentes profissionais para cumprir uma função fundamental para a cidade e para o País. Se é legítima a contrapartida que estão exigindo de vocês, também deveria se cobrar contrapartida dos alunos que estão em universidades públicas, porque ali tudo é custeado pelo povo brasileiro, tudo é custeado pelo Estado brasileiro. E não se exige contrapartida de quem está em universidade pública, muitas vezes, oriundo de cursos de altíssimos valores durante o Ensino Médio.

Por isso nós queremos – e falo isso porque os meus filhos e a minha filha estudam em escola pública – que a escola pública seja uma escola de extrema qualidade. Mas queremos, além disso, que a universidade não tenha em seus bancos escolares apenas aqueles que tiveram como pagar cursinhos e cursos caríssimos no Ensino Médio.

De nada valeria o nosso esforço se não assegurássemos transparência nos critérios, porque seria a velha lógica do País do favorecimento, a velha lógica do “quem indica” para que as pessoas fossem beneficiárias da Bolsa Universitária.

Hoje, conseguimos, a partir do esforço da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que os critérios sejam claros, que todos possam solicitar informações às universidades, que possam entrar com recurso, que exista realmente a transparência para que vocês possam se formar e dizer: o meu esforço se concretizou neste momento.

Parabéns para vocês.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	29

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, juntamente com o Deputado Paulo Tadeu, a Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Milton Barbosa, vamos apresentar uma emenda de segundo turno a esse projeto exigindo o mínimo de 50% para alunos oriundos de escolas públicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Na verdade, Deputado Reguffe, alerta a V.Exa. que, na hora do seu discurso, sugeri à Deputada Eliana Pedrosa que fizéssemos a emenda e convidássemos todos os Deputados para assiná-la, passando para 50%, no mínimo, o percentual para os alunos vindos do ensino público.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoas da galeria, imprensa e todos aqui presentes, quero parabenizar a todos por fazer este dia de hoje acontecer. Quando vejo esses jovens aqui presentes lutando por um direito, fico muito animado porque entendo que sem educação e saúde não vamos a lugar algum. Entendo que educação vem em primeiro lugar. Por meio da educação nós teremos todas as outras coisas. Eu sempre penso em como, no nosso País, o acesso à educação superior é deficiente. Agora, com essa Bolsa Universitária, os jovens poderão cursar realmente o ensino superior e poderão fazer parte da elite pensante deste País.

Não interessa às pessoas que estão tomando conta do País, hoje, que tenhamos gente esclarecida, pessoas preparadas, pessoas que tenham condições de acesso à educação para discutir os grandes problemas brasileiros e da nossa cidade.

Então, parabéns a todos os alunos, principalmente aos das escolas públicas.

Felicidades a todos.

Que juntos construamos uma Brasília e um Brasil melhores.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, na realidade, já ouvimos aqui dos colegas e das colegas da nossa Bancada e da base do Governo que a educação é fundamental e que sem ela não há forma de resolver os problemas de um país. Causa-nos muita tristeza – sei que os colegas enfrentam isso – quando bate a nossa porta um estudante ou uma estudante que quer ter oportunidade de fazer um curso superior e entrar no mercado de trabalho e não tem essa oportunidade porque não pode pagar a faculdade. É muito triste porque assim não há competitividade. Há os que podem efetivamente e há aqueles que querem, mas não têm como se candidatar a empregos, a colocações lícitas. Não podem ser felizes com o fruto do seu próprio trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	30

Sr. Presidente, somos defensores há muito tempo da Bolsa Universitária. O Presidente Lula inovou no Brasil com o ProUni, oferecendo vagas a quase quinhentos mil universitários. Aqui no Distrito Federal é preciso elogiar a iniciativa. Não é apenas a iniciativa, mas o trabalho que fez esta Casa no seu Colégio de Líderes. A nossa Bancada importou-se especialmente em dar transparência e estabelecer critérios para que tivessem oportunidade não apenas aqueles que fossem amigos do rei, mas todos os outros também que quisessem ter um lugar ao sol. Lembro-me da Lei dos Concursos. Lutamos muito tempo por isso. Agora, em debate com o Governo, ele assegura que vai enviar uma lei e nós seremos a Unidade da Federação que, pela primeira vez no Brasil, terá regras para concurso público.

O Colégio de Líderes, por meio das assessorias, transportou os critérios estabelecidos na Lei dos Concursos para a lei da Bolsa Universitária, de maneira que todos, independentemente de sua origem, credo, convicção religiosa, possam efetivamente entrar no curso superior e se preparar para o mercado de trabalho.

Penso que a grande vitória que temos hoje não é apenas colocar a educação em primeiro lugar, não é apenas aprovar a Bolsa Universitária para dar oportunidade àqueles que precisam lutar por um lugar ao sol sem indicações politiquieiras, sem serem utilizados como moedas eleitoreiras; é também estabelecer transparência e critérios de maneira que a Bolsa Universitária seja acessível a todos. E nós estaremos fiscalizando a distribuição das Bolsas, que é ainda mais importante. Deputado Milton Barbosa, Deputado Cristiano Araújo, alerta a todos os Colegas para que a aplicação corresponda ao interesse da lei. Todos os brasilienses, as brasilienses e, principalmente, nós Parlamentares seremos fiscais para que todos tenham um lugar ao sol, com dignidade, com licitude, e possam lutar por suas vidas sem precisar pedir um favor e tremular bandeiras vermelhas, verdes, amarelas, ou de qual cor que seja.

Este é um programa de Estado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Esta Presidência consulta a Deputada Eliana Pedrosa se a emenda já foi assinada, porque, caso esteja, podemos votá-la em primeiro turno. (Pausa.)

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	31

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos favoráveis. Houve 2 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência agradece a presença dos estudantes na galeria da Câmara Legislativa.

Parabenizo o Secretário Izalci Lucas, esta Casa e o Governo do Distrito Federal pela aprovação do projeto. Esperamos que, no semestre que vem, os estudantes do Distrito Federal já estejam contemplados com a Bolsa tão merecida.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dando prosseguimento à pauta, daqueles projetos que já foram acordados e estão na pauta de prioridade do Poder Executivo, temos para primeiro turno apenas: o item nº 41, que já foi votado; o item nº 15, que trata do primeiro turno do Riacho Fundo, sem emendas; o item nº 17, referente ao risco dos policiais; o item nº 18, relativo ao Fundo da Pobreza; o item nº 19, relativo ao Programa Vida Melhor, apenas o primeiro turno, sem emendas; o item nº 21, relativo à transferência de renda; o item nº 22, que trata do crédito suplementar, e o item nº 23, referente à homologação de regime especial.

Esses são os projetos de primeiro turno, com prioridade, para votação neste semestre. Naturalmente, após a votação desses itens, haverá a apreciação, em segundo turno, desses e dos que já estão na pauta, que são os itens nºs 1,2,4,5,6,7,8,9 e 10.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Leonardo Prudente, temos o acordo com os Deputados de que iríamos votar os projetos dos Parlamentares e, em seguida, entrariamos na pauta do Governo. Já votamos um projeto do Governo neste momento.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Também já votamos vários projetos de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Sim, mas ainda há pelo menos oito ou dez Parlamentares que ainda não tiveram os seus projetos votados. Se o Plenário da Casa, os Parlamentares, quiserem refazer o acordo, não há problema para esta Presidência. Apenas me preocupa o fato de termos um acordo anterior. Já são 17h; o ritmo dos trabalhos estava indo bem. A minha sugestão é “tocarmos o barco” com relação à pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	32

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda não tive um projeto de Parlamentar apreciado nesse processo. Contudo, há um projeto que visa colocar o nome do Prof. Carlos Mota, em homenagem a ele, na Escola do Lago Oeste. Creio que ele deveria ser de todos os Parlamentares. Aliás, todos os Parlamentares estão de acordo com ele. Eu não queria que fosse transformado em um projeto de minha autoria, porque não dá a dimensão real de quanto a morte do professor abalou todas e todos nesta Casa.

Abro mão do meu projeto de Parlamentar para que esse seja aprovado, a fim de fazer uma homenagem, ainda no momento em que as pessoas estão comovidas com o assassinato. Eu gostaria que fosse de autoria de todos os Parlamentares, que não entrasse na cota do Parlamentar "A" ou "B".

Outro aspecto é que também há um acordo dos Líderes, no sentido de que seja votado o Título de Cidadão Honorário *post-mortem*, que acho que deveria ser da iniciativa de todos os Parlamentares, pelo que representou de dor o assassinato do Prof. Carlos Mota, diretor da Escola do Lago Oeste. Então, já havia um compromisso, ainda na semana passada, de que seria colocado em votação e estamos, hoje, talvez no nosso último dia de trabalho, neste período legislativo.

Eu gostaria que fossem contemplados esses dois projetos. Se for o caso, que seja colocado como de minha autoria, para que possa fazer parte da cota dos Parlamentares. Eu não gostaria que fosse assim, porque também estavam presentes à homenagem os Deputados Raimundo Ribeiro, Raad Massouh, Eurides Brito, o Secretário de Educação e várias pessoas que se comoveram. Enfim, não é uma questão de um Parlamentar ou de um partido. É uma questão do conjunto desta Casa, que é, simbolicamente, uma defesa da educação e um manifesto contra a violência.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa., já que não tem nada contra ela. Basta que o projeto seja apresentado à Mesa, assinado por todos os Deputados, para ser incluído na pauta.

Esta Presidência retifica o resultado da votação anterior do Projeto de Lei Complementar nº 67, de 2008. Na verdade, o projeto foi aprovado com 23 votos "sim" e 1 ausência.

Item nº 31:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 61, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que "dispõe sobre a pesagem obrigatória de botijões e cilindros de gás liquefeito de petróleo - GLP à vista do consumidor".

Relatores: Deputado Wilson Lima

- CDC



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	33

Deputado Chico Leite - CCJ.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Defesa do Consumidor.

A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 61, de 2007, de autoria do Deputado Dr. Charles, que “dispõe sobre a pesagem obrigatória de botijões e cilindros de gás liquefeito de petróleo - GLP à vista do consumidor”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade da matéria.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 23 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 61, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 32:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 490, de 2007, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “torna obrigatório o encaminhamento, por escrito, dos contratos firmados, por meio de *call center* e formas similares, aos contratantes e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Rôney Nemer - CDC

Deputado Milton Barbosa - CCJ.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	34

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 490, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 23 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem prejuízo do acordo já estabelecido pelos Líderes, quero chamar a atenção dos Parlamentares desta Casa para que possamos apreciar as matérias de autoria do Poder Executivo constantes da pauta, em virtude da urgência delas, entre elas a LDO. Em seguida, Deputado Leonardo Prudente, caso haja necessidade, apreciaremos as matérias de autoria dos Parlamentares. Porém, acho fundamental fazermos dessa forma, senão corremos o risco de apreciarmos centenas de projetos de Parlamentares em detrimento da pauta central, já estabelecida.

Continuo insistindo em dizer que o mais importante é que V.Exa., na condição de Presidente, e o Deputado Leonardo Prudente exijam do Governo a regulamentação das leis já aprovadas no primeiro semestre, aquelas sancionadas. Pelo menos isso! Não estou nem falando das que foram promulgadas. E que possamos apreciar os projetos de autoria do Poder Executivo.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, compreendo a ponderação do Deputado Paulo Tadeu, principalmente no tangente à regulamentação das leis, observando, inclusive, que devemos ir ao Ministério Público se elas não forem regulamentadas no prazo legal, o prazo que elas mesmas fixam. Elas têm uma eficácia plena. Porém, acho necessário apreciarmos os projetos dos Parlamentares de acordo com o entendimento mantido. O que podemos é, de alguma sorte, operar as votações pela ordem que estão sendo colocadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Convido o Deputado Cristiano Araújo a secretariar os trabalhos da Mesa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	35

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que seja observada prioridade à apreciação do item nº 13, um projeto de minha autoria, que cria o Dia da Imprensa Alternativa, cuja data de comemoração, por coincidência, é hoje. É uma matéria que está há dois meses aguardando ser apreciada. Se ela não for votada hoje, chamarei o meu Bloco, chamarei o Deputado Cabo Patrício e sairemos do plenário. Com todas as letras: ou o projeto de lei de minha autoria é votado ou o meu Bloco sairá do plenário, e convidarei o Deputado Cabo Patrício para ir junto comigo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acompanho o Deputado Milton Barbosa, e também gostaria que o meu projeto fosse votado hoje, pois já solicitei isso à Presidência e tive o consentimento de todos os Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O projeto de V.Exa. será apreciado agora, Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, atendendo ao comunicado do Deputado Milton Barbosa, o Partido dos Trabalhadores também sairá em retirada do plenário, juntamente com o bloco de S.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está bem.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é uma Casa do povo, composta, evidentemente, por representantes do povo, e o que tem menos importância aqui são os Parlamentares. Quando se vota um projeto, ele não é regulamentado. Quando se dá nome de uma pessoa viva a uma Vila Olímpica hoje, com a lei em vigor, vira uma parafernália total. Se não for votado o projeto que estamos discutindo aqui, nós vamos embora.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, devemos encerrar essa discussão e continuar com o encaminhamento que estava sendo feito, o de votar os projetos dos Parlamentares, porque já teríamos votado pelo menos dois projetos de Parlamentares, se não estivéssemos discutindo em que votarmos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	36

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não queria criar toda essa celeuma, mas, se for da concordância de todos, que votemos, então, hoje, alguns projetos, e entremos no mês de julho adentro para votar as matérias, pois assim daremos conta do recado.

No mês de julho, poderíamos, inclusive, não entrar de recesso e ficar votando as matérias. O que não tem sentido é o seguinte: nesta pauta, há projetos de vários Parlamentares, mas de muitos outros não há. Há Deputados que ainda não têm projetos aprovados. Há Deputados que estão abrindo mão de votar projetos aqui, exatamente para agilizar a votação das matérias que foram acordadas e que vão ao encontro de toda uma necessidade social. Agora, se for o caso, não há problema, não votaremos a LDO; temos sexta-feira e o mês de julho todo para votarmos esta pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 34:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 716, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de banheiros químicos para deficientes nos espaços públicos concedidos a terceiros para a realização de eventos de qualquer natureza, no âmbito do Distrito Federal”.

Relatores: Deputado Milton Barbosa - CAS

Deputado - CCJ.

A matéria já recebeu o parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Modificativa de Plenário nº 1, de 2008, ao Projeto de Lei nº 716, de 2008, de autoria do Deputado Berinaldo Pontes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de banheiros químicos para deficientes nos espaços públicos concedidos a terceiros para a realização de eventos de qualquer natureza, no âmbito do Distrito Federal”.

A ementa, por si só, esclarece o conteúdo do projeto. A matéria, que já foi tratada na comissão de mérito, vem a esta Comissão para que se argua a sua constitucionalidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	37

O autor apresenta uma emenda de Plenário para melhorar a redação do art. 1º. Ele agora estabelece, na emenda, o percentual de 10% (dez por cento) de banheiros químicos destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais.

Sr. Presidente, não há nenhum obstáculo que inviabilize o projeto sob o ângulo da constitucionalidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda Modificativa de Plenário nº 1, de 2008, ao Projeto de Lei nº 716, de 2008, de autoria do Deputado Bernaldo Pontes, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de implementação de banheiros químicos para deficientes nos espaços públicos concedidos a terceiros para a realização de eventos de qualquer natureza, no âmbito do Distrito Federal”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação da Emenda Modificativa nº 1, de autoria do Deputado Bernaldo Pontes.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 716, de 2008. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	38

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estive hoje atenta para acompanhar a discussão, no Superior Tribunal de Justiça, da Lei Maria da Penha, que prevê, quando há lesão corporal, a impossibilidade de renúncia da ação – ela passa a ser de interesse público.

Nós já tivemos duas vitórias por obra do Tribunal de Justiça, vitórias estas provocadas pelo Ministério Público. Em uma delas, o agressor recorreu ao Superior Tribunal de Justiça. Hoje, o julgamento acabou por não acontecer no STJ, porque são três processos, dois recursos do Ministério Público à decisão de suspender o processo do Tribunal de Justiça. É um recurso do agressor contra a decisão do Tribunal de Justiça de prosseguimento da ação.

Não podemos permitir que se transfigure a Lei Maria da Penha. Foi solicitado vista. O Ministro Gallotti decidiu unificar os três processos e dar parecer único.

Eu falo isso porque tivemos mais um assassinato de mulher aqui no Distrito Federal na madrugada de hoje. Trata-se da sobrinha do Deputado Augusto Carvalho, filha do seu irmão, de 35 anos, Joslane Azevedo de Carvalho, que deixou dois filhos, Mateus, de 9 anos, e Bianca, de 5 anos.

À 1h30min, seu namorado, de 36 anos, a convidou para uma conversa no carro na quadra em que ela morava. Ele a assassinou com um tiro na cabeça, foi a sua residência e compareceu à delegacia ainda com o corpo dela no carro.

Mais um assassinato de mulher aqui no Distrito Federal que se soma às dezenas de mortes femininas neste ano. Torcemos para que a Lei Maria da Penha não seja transfigurada, a fim de que tenhamos uma vida sem violência contra as mulheres.

Nossa solidariedade à família do Deputado Augusto Carvalho, que sofre com a dor da perda de uma jovem mãe, assassinada por seu namorado.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	39

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras da Deputada Erika Kokay. Não cheguei a me pronunciar sobre esse assunto no plenário, pois não ocorreu a votação, hoje, no Superior Tribunal de Justiça. Mas esse é um fato a que todos nós da sociedade precisamos estar atentos. Muitas vezes – sabemos disso – a mulher retira a queixa por medo de que algo ainda pior lhe aconteça. Nesse estado em que a mulher não pode decidir a própria vida, precisamos estar alertos para ficarmos ao lado dessas mulheres vitimizadas.

Muito obrigada.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço também minhas as palavras das minhas antecessoras. Solidarizo-me com os sentimentos do Deputado Augusto Carvalho e de sua família neste momento.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Srs. Deputados, Lideranças, Líder de Governo, alguns Deputados estão apelando para que iniciemos a votação da pauta encaminhada pelo Governo.

Na reunião ocorrida ontem com os Deputados, acordamos que votaríamos primeiro os projetos dos Parlamentares. Já votamos projeto de sete Deputados.

Consulto o Plenário se entramos na pauta do Poder Executivo ou se continuamos com a pauta dos Parlamentares.

Três Parlamentares, no mínimo, fizeram esse pedido à Mesa. Se nenhum Deputado se manifestar, a Mesa atenderá aos pedidos desses Deputados.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entraremos em recesso, período em que devemos exercer certas atividades, conforme disponibilidade de alguns templos, de algumas pessoas que chegam a Brasília.

O Projeto de Decreto Legislativo nº176 trata da concessão de título de Cidadão Honorário que pretendo conceder agora no mês de julho. Solicito a V.Exa. que inclua este projeto na ordem do dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Com certeza, Deputado Brunelli. Incluiremos este projeto na ordem do dia.

Seguiremos com a pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	40

Item nº 33:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 908, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "estabelece regras para concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos no âmbito do Distrito Federal".

Relatores: Deputado - CAS  
Deputado - CEOF  
Deputado - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 908, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "estabelece regras para concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos no âmbito do Distrito Federal".

Estudamos a matéria minuciosamente. Não encontramos nada que obstaculize a tramitação do projeto. Portanto, no mérito, somos pela admissibilidade da matéria.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 908, de 2008, de autoria da Deputada



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	41

Eliana Pedrosa, que "estabelece regras para concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos no âmbito do Distrito Federal".

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 908, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "estabelece regras para concessão de incentivos fiscais, creditícios e econômicos no âmbito do Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nós, que havíamos tido conhecimento do projeto anteriormente a este momento, não vislumbramos qualquer óbice que impeça o seu prosseguimento.

Portanto, votamos pela sua admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 908, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	42

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 36:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 883, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que "institui o serviço de Transporte Coletivo de Servidores no Distrito Federal".

Relatores: Deputado - CEOF  
Deputado - CAS  
Deputado - CCJ.

A matéria não possui o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nem da Comissão de Assuntos Sociais, nem da Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 883, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que "institui o serviço de Transporte Coletivo de Servidores no Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	43

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 883, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que “institui o serviço de Transporte Coletivo de Servidores no Distrito Federal”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 883, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Roriz, que “institui o serviço de Transporte Coletivo de Servidores no Distrito Federal”.

O projeto é meritório, vem ao encontro dos anseios do grande número de funcionários que tem o Governo do Distrito Federal. Eu já havia tido contato com essa proposta na Comissão de Assuntos Sociais e não encontrei ali, como aqui também não encontro, óbice ao seu prosseguimento. Em face disso, voto pela sua admissibilidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	44

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 883, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 24 Deputados. Houve 23 votos favoráveis e um voto contrário.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que o item nº 35 seja votado.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o item nº 24 da pauta é de autoria do Deputado Aylton Gomes. S.Exa., quando esteve nesta Casa, no exercício do mandato, fez uma concessão. Inclusive, o seu projeto foi retirado naquele dia para entrar o meu porque havia uma urgência, e nós tínhamos nos comprometido de que esse projeto seria apreciado ainda neste semestre.

Portanto, solicito a essa Presidência que apreciemos o Item nº 24, mesmo sabendo que seu autor não está no exercício do seu mandato, mas o tema é muito interessante, uma vez que estamos num momento de combate à violência e o referido projeto trata de bebidas alcoólicas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputada Eurides Brito, a Mesa não tem nenhum óbice à votação do projeto, mas foi feito um acordo na nossa reunião de que só votaríamos projetos dos Parlamentares presentes na sessão. Agora, se os Líderes não se manifestarem contrariamente, poderemos apreciar o item nº 24.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, eu posso contatar com os Líderes para solicitar a apreciação do referido item?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	45

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Certamente, Deputada Eurides Brito. O Deputado Cabo Patrício, Líder do PT, está aí atrás, por exemplo, e já pode começar a se manifestar.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vejo nenhum problema em apreçarmos o item nº 24, desde que os projetos dos Deputados aqui presentes sejam apreciados. O meu projeto já foi protocolado três vezes em razão de não haver acordo. Quero saber qual é o óbice de não o votarmos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não há empecilho nenhum. Apenas para V.Exa. ter uma idéia, o meu projeto também não foi apreciado. É uma questão de seqüência.

DEPUTADO PAULO RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo aos Srs. Parlamentares que já está disponível o texto consolidado do Projeto de Lei nº 856, que trata da LDO para exercício de 2009.

Com isso, Sr. Presidente, os Deputados que apresentarem emendas à LDO terão o direito de confirmá-las antes da apreciação da matéria em segundo turno; assim, teremos a certeza de que as emendas de todos os Parlamentares foram contempladas.

Por fim, reafirmo que todas as emendas de anexo de metas foram acatadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 35:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 481, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “dispõe sobre os estabelecimentos comerciais que colocam à disposição, mediante locação, computadores e máquinas para acesso à Internet e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 565, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o cadastramento de usuários das empresas ou instituições que disponibilizam computadores e máquinas para acesso à Internet, por locação ou gratuitamente, no âmbito do Distrito Federal”.

Relatores: Deputado Leonardo Prudente - CDESCTMAT  
Deputado Bispo Renato - CES  
Deputada Eurides Brito - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	46

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo os projetos do Executivo com prioridade: itens 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22 e 23, em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado, V.Exa. pode passar a listagem, mas, na verdade, estamos no meio de um processo de discussão e V.Exa. foi convidado para apresentar parecer.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 481, de 2007, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “dispõe sobre os estabelecimentos comerciais que colocam à disposição, mediante locação, computadores e máquinas para acesso à Internet e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 565, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o cadastramento de usuários das empresas ou instituições que disponibilizam computadores e máquinas para acesso à Internet, por locação ou gratuitamente, no âmbito do Distrito Federal”.

Considerando que não há um substitutivo que venha incorporar os respectivos projetos, o parecer é pela aprovação na forma do projeto de autoria do Poder Executivo, ou seja, o Projeto de Lei nº 565, de 2007.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto não foi colocado em votação. Eu conversarei com o Deputado Leonardo Prudente e solicito a V.Exa. que aprecie outro item. Havia sido feito um acordo para apreciarmos o meu projeto. Como o projeto de minha autoria está tramitando em conjunto com o projeto do Poder Executivo, solicito que seja declarada a prejudicialidade do projeto do Governo ou que não tramitem em conjunto. Como não há um substitutivo constituído, o Parlamentar autor do projeto acaba sendo prejudicado.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar uma sugestão ao Deputado Cabo Patrício. O projeto do Poder Executivo traz determinadas normas fundamentais, assim como o projeto do Deputado Cabo Patrício. O ideal seria termos tido tempo para construir um substitutivo. Como isso não foi feito, a minha posição como relator é a proferida no parecer. Agora, se o Deputado Cabo Patrício concordar, retiráramos o projeto de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	47

pauta, construiríamos juntos um substitutivo e assumiríamos um compromisso para apreciá-lo como primeiro item na pauta de agosto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência acata a sugestão de V.Exa. se houver acordo entre os Parlamentares. (Pausa.)

DEPUTADO BERINALDO PONTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se houver possibilidade, solicito a Inversão de pauta para apreciação do item nº 18.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há um requerimento protocolado na Mesa solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei nºs 565, de 2007 e 481, de 2007. Se V.Exa. deferir o desapensamento, eles ficariam já desatrelados e poderíamos apreciar o projeto do Deputado Cabo Patrício sem nenhuma dificuldade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Minha sugestão é que o Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Cabo Patrício, e o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, façam um acordo. (Pausa.)

A Presidência acata a questão levantada pelo Deputado Leonardo Prudente.

Item nº 18:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 894, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências".

Relatores: Deputado - CEOF

Deputado Milton Barbosa - CAS

Deputada Eurldes Brito - CCJ.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. fez a leitura do item referente a um projeto de minha autoria, juntamente com um projeto do Deputado Bispo Renato, mas não estava pronto o substitutivo que juntava os dois projetos. Nesse sentido, solicito a V.Exa. que retorne



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	48

ao item nº 25, que já foi chamado, pois tenho a informação de que o substitutivo já está pronto, feito pela Relatora, Deputada Luzia de Paula.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Após a apreciação desse item voltaremos ao item nº 25.

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais já foi aprovado. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto de Resolução nº 19, item nº 14, está na pauta desde o dia 23 de abril de 2008. Já foi votado em primeiro turno e falta ser apreciado em segundo turno.

Então, faço uma ponderação a V.Exa., sem exclusão de prioridades, porque é legítimo que todos os Parlamentares entendam que seus projetos são prioritários. Eu abri mão de um projeto para que pudesse, em co-autoria com V.Exa., colocar em votação esse projeto de resolução.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Item é da minha cota. Como V.Exa. sabe, juntamos e apensamos os projetos. Acordamos que votaríamos todos os projetos dos Parlamentares em primeiro turno para, em seguida, votarmos todos em segundo turno. Falta ainda um projeto de Parlamentar para iniciarmos a votação dos projetos de segundo turno.

Portanto, vamos dar seguimento. Só falta um projeto, que, inclusive, já foi iniciado.

A Presidência designa o Deputado Paulo Roriz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 894, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências".

No âmbito desta Comissão, não vemos nenhuma incompatibilidade. Somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	49

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 894, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências”.

Na verdade, havia um projeto na Casa, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que criava esse Fundo e não poderia ser discutido por vício de constitucionalidade. Assuntos de criação de Fundos são assuntos privativos do Poder Executivo. E o Poder Executivo encampou a Idéia e a transformou no projeto de lei, que veio com a Mensagem 173, de 2008: a criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Foram cumpridos os requisitos, a criação do Fundo não pode ser postergada e houve uma Emenda Supressiva nº 1, que foi posteriormente retirada pelo autor, Deputado Paulo Roriz.

Assim sendo, Sr. Presidente, votamos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 894, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	50

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Item nº 25:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 599, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui a tarifa zero ao consumidor idoso referente ao serviço de água e energia elétrica e dá outras providências”.

Relatores: Deputado - CAS  
Deputada Luzia de Paula - CDC  
Deputado - CCJ.

Informo que a matéria não tem parecer das seguintes comissões: Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Constituição e Justiça.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências”, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 599, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui a tarifa zero ao consumidor idoso referente ao serviço de água e energia elétrica e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do referido projeto, na forma do substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	51

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSL. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 599, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui a tarifa zero ao consumidor idoso referente ao serviço de água e energia elétrica e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade dos referidos projetos, na forma do substitutivo.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Defesa do Consumidor. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 170, de 2007, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a criação de tarifa social de água, esgoto e luz elétrica destinada a aposentados, idosos e pessoas com deficiência, nas condições que especifica e dá outras providências”, que, nesta Casa, está em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 599, de 2007, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “institui a tarifa zero ao consumidor idoso, referente ao serviço de água e energia elétrica e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	52

Em tramitação nesta Comissão de Constituição e Justiça, nós votamos e encaminhamos pela admissibilidade ao Projeto de Lei nº 170, em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 599, ambos de 2007, na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 170, de 2007. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 24 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 15:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “estabelece índices de uso e ocupação do solo, para fins de elaboração de projeto urbanístico de parcelamento em gleba localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo II - RA XXI”.

Relatores: Deputado Batista das Cooperativas - CAF  
Deputado(a) - CCJ.

A matéria não tem pareceres das Comissões e recebeu uma emenda de primeiro turno. (Pausa.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós acordamos, juntamente com os técnicos da CODHAB e vários representantes de movimentos sociais e do Partido dos Trabalhadores, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	53

votaríamos esse projeto sem nenhuma emenda. E no segundo turno iríamos apreciar todas as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Batista das Cooperativas, V.Exa. é o Relator dessa matéria e deverá apresentar parecer ao Projeto; o Deputado Benício Tavares é o autor da emenda de primeiro turno.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dentro desse acordo mencionado pelo Relator, nobre Deputado Batista das Cooperativas, eu retiro a emenda, deixando-a para apresentação em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência acata a sua solicitação, Deputado Benício Tavares, e retira a emenda de primeiro turno de sua autoria apresentada ao projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Batista das Cooperativas, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para confirmar: no dia de ontem, nós já apreciamos e votamos esse projeto na CAF. Ele foi aprovado sem nenhuma emenda.

Já foi apreciado e votado seu parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – É verdade, Deputado Batista das Cooperativas.

Foi solicitado a V.Exa. que emitisse novo parecer, porque havia uma emenda de primeiro turno. No momento em que essa emenda foi retirada, não há mais necessidade de parecer da CAF.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Perfeitamente, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2008, que “estabelece índices de uso e ocupação do solo para fins de elaboração de projeto urbanístico de parcelamento em gleba localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo II - RA XXI e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	54

O projeto, oriundo do Executivo, que é quem tem a competência para legislar sobre a matéria, veio a esta Casa, recebeu parecer na comissão de mérito, a Comissão de Assuntos Fundiários, na qual foi aprovado, e vem a esta Comissão de Constituição e Justiça para que nos manifestemos sobre a legalidade e, portanto, também a constitucionalidade do projeto.

Não há dúvida alguma de que é da competência do Poder Executivo. Todo o processo está informado, atendendo a todas as exigências, contendo, inclusive, o mapa da região a ser alterada. Encaminhamos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 24 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o PLC nº 71, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)  
 CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 71108  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ERIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	LUZIA DE PAULA	PSL	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM				X	
	PAULO TADEU	PT	X				
	PEDRO DO OVO	PMN				X	
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	ALÍRIO NETO	PPS	X				
	TOTAL	---	21			3	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM \_\_\_\_\_/2008

SECRETÁRIO DEP. *Wilson Lima*  
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº \_\_\_\_\_

FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	55

(Assume a Presidência o Deputado Paulo Tadeu.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 21 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 17:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 766, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008".

Relatores: Deputado Rogério Ulysses - CESC  
Deputado Cristiano Araújo - CEOF  
Deputada Eurides Brito - CCJ.

A matéria não tem pareceres das comissões.

O referido projeto encontra-se na Comissão de Segurança. Enquanto a matéria é trazida ao plenário, passaremos à apreciação do próximo item.

Item nº 19:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências".

Relatores: Deputado(a) - CEOF  
Deputado Milton Barbosa - CAS  
Deputada Eurides Brito - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

Eu comunico o seguinte: se os projetos não vierem para o plenário, nós iremos votar a LDO e encerraremos a sessão, porque não ficaremos chamando os projetos se eles ainda estiverem presos nas comissões. Espero que os projetos já estejam no plenário. Este é o segundo projeto que chamo para a apreciação do Plenário, inclusive com o parecer dos relatores, e os projetos não estão aqui. Então, comunico aos Líderes desta Casa que, se continuar desta maneira, votaremos logo a LDO e encerraremos os trabalhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	56

Peço desculpas ao Deputado Cristiano Araújo, à Deputada Eurides Brito e ao Deputado Milton Barbosa, pois iremos passar para o próximo item da Ordem do Dia, até que os processos já chamados venham logo para o plenário.

Item nº 16:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 88, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 758, de 24 de março de 2008, que 'desafeta bem público de uso comum do povo no trecho 4 do Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, na Região Administrativa Plano Piloto – RA I, e dá outras providências".

Relatores: Deputado(a) - CAF

Deputado(a) - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Leonardo Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Leonardo Prudente, que emita parecer pela Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao Projeto de Lei Complementar nº 88, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 758, de 24 de março de 2008, que 'desafeta bem público de uso comum do povo no trecho 4 do Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, na Região Administrativa Plano Piloto – RA I, e dá outras providências".

Considerando que o projeto atende aos requisitos urbanísticos e demais requisitos da própria legislação em vigor, o parecer é pela admissibilidade. Somos, portanto, pela sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Fundiários. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve dois votos contrários: do Deputado Cabo Patrício e do Deputado Paulo Tadeu.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	57

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de relatar, peço permissão para fazer uma retificação de um parecer proferido ontem. Trata-se do parecer ao Projeto de Lei nº 862, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”. Era um projeto cheio de emendas, e, quando eu me referi a elas, eu as fui enumerando até a Emenda nº 20. Eu disse que todas as emendas de autoria do Partido dos Trabalhadores foram acatadas, o que é verdade. A partir daí, percebi que a Emenda nº 15, de autoria do Partido dos Trabalhadores, havia sido retirada, como consta das notas taquigráficas. Continuando, eu disse: as Emendas números 21, 24, 27 e 28 foram acatadas, o que também é verdade; mas eram as Emendas de números 21 a 28 que foram acatadas. Eu citei as Emendas números 21, 24, 27 e 28. Na verdade, eu queria dizer que as Emendas de números 21 a 24, e depois 27 a 28 foram acatadas. Na verdade, as Emendas de números 21 a 28 foram acatadas.

Essa era a retificação que eu queria fazer. A observação já foi feita pelo serviço de taquigrafia e a conferência do acatamento das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência acata a retificação de V.Exa. e ratifica a votação do parecer realizado por V.Exa., e aprovado por este Plenário, na tarde de ontem.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao do Projeto de Lei Complementar nº 88, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 758, de 24 de março de 2008, que ‘desafeta bem público de uso comum do povo no Trecho 4 do Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, na Região Administrativa Plano Piloto – RA I’, e dá outras providências”.

A mensagem do Poder Executivo acatou estudos e solicitação da TERRACAP. Nesta Casa, já recebeu parecer da Comissão de Assuntos Fundiários, que é a Comissão de mérito. Na Comissão de Constituição e Justiça, não temos nenhum óbice a apresentar, uma vez que o tema é privativo do Poder Executivo.

Portanto, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	58

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 22 Deputados. Houve 2 votos contrários.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 88, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)  
 CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 98/08  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_

Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	+				
	BERINALDO PONTES	PP	+				
	BISPO RENATO	PR	+				
	BRUNELLI	DEM				+	
	CABO PATRÍCIO	PT		+			
	CHICO LETTE	PT				+	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				+	
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				+	
	ÉRIKA KOKAY	PT		X			
	EURIDES BRITO	PMDB	+				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				+	
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	+				
	LUZIA DE PAULA	PSL	+				
	MILTON BARBOSA	PSDB				+	
	PAULO RORIZ	DEM				+	
	PAULO TADEU	PT		X			
	PEDRO DO OVO	PMN	X				
	REGUFFE	PDT	+				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	WILSON LIMA	PR	+				
	ALÍRIO NETO	PPS				+	
	<b>TOTAL</b>	<b>---</b>	<b>12</b>	<b>3</b>		<b>8</b>	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETARIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM \_\_\_\_\_ / 2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR \_\_\_\_\_

ASSINATURA \_\_\_\_\_

MAT. \_\_\_\_\_

ASSP/ Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

FOLHA Nº \_\_\_\_\_



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	59

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis e 3 votos contrários. Houve 8 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei favoravelmente porque a atual rodoviária do Distrito Federal dá um prejuízo mensal aos cofres públicos no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), pois possui uma receita de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e uma despesa mensal de R\$300.000,00 (trezentos mil reais). Não se trata de um setor essencial como a educação, a saúde e a segurança, os quais devem ficar nas mãos do Estado e nos quais devem se concentrar os recursos públicos. Não considero errado o aumento de apenas um andar. Penso que isso pode melhorar, inclusive, a qualidade do serviço e oferecer mais serviços à população. Com relação à crítica de que possa haver embutido nisso algum negócio, se houver, sou radicalmente contrário a isso e me somarei à Bancada do Partido dos Trabalhadores na fiscalização, pois o Governo estará lesando o contribuinte e a população do Distrito Federal. Espero que não haja e que simplesmente seja o que realmente parece. Como sempre voto com a minha consciência, neste caso, votarei favoravelmente ao projeto, até porque hoje a atual rodoviária gera um prejuízo aos cofres públicos de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por mês, dinheiro que poderia estar na Educação e na Saúde pública, por exemplo. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Pois não, Deputado, está feita sua declaração de voto.

Item nº 23:

Apreciação, em turno único, do Processo nº 26, de 2008 (PDL nº \_\_\_/08), de autoria do Poder Executivo, que “homologa o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - REA/ICMS e dá outras providências”.

Relatores: Deputado(a) - CEOF

Deputado(a) - CCJ.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	60

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Processo nº 26, de 2008, que "homologa o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de Comunicação - REA/ICMS e dá outras providências".

Considerando que o Poder Executivo cumpriu o preceituado nos ditames invocados, somos pela aprovação do presente processo, ofertando para tal o anexo projeto de decreto legislativo.

É o seguinte o parecer:



**PARECER Nº**

**/2008**

Da COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS sobre o Processo n.º 26/2008, que versa sobre a homologação do Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS de que tratam a Lei n. 4.160, de 13 de junho de 2008 e o Decreto n.º 29.179 de 19 de junho de 2008.

**AUTOR:** Poder Executivo

**RELATOR:** Dep. Paulo Roriz

## **I – RELATÓRIO**

O processo em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a homologação do Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS de que tratam a Lei n.º 4.160, de 13 de junho de 2008 e o Decreto n.º 29.179 de 19 de junho de 2008.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

---

Consta do processo mensagem nº 186/2008, datado de 19 junho de 2008, assinada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, versando sobre a já citada homologação.

No âmbito da CEOF a proposição foi analisada em conformidade com as exigências previstas no parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 4.160, de 13 de junho de 2008, o qual versa que o regime de apuração somente entrará em vigor após prévia homologação do Poder Legislativo.

É o relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Dispõe o artigo 64 do Regimento Interno da Câmara Legislativa que, compete a Comissão de Economia Orçamento e Finanças – CEOF:

**Art. 64.** *Compete à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças:*

*II – analisar a admissibilidade quanto à adequação orçamentária e financeira e emitir parecer sobre o mérito das seguintes matérias:*

- a) *adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições;*
- b) *.....*
- c) *de natureza tributária, creditícia, orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive contribuição dos servidores públicos para sistemas de previdência e assistência social;*
- d) *....*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

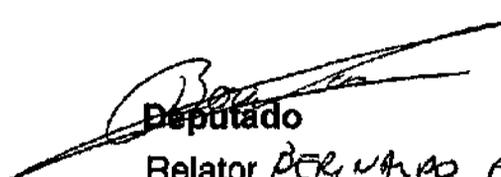
---

Posto isso, e ainda, considerando que o Poder Executivo cumpriu o preceituado nos ditames ora invocados somos pela aprovação do Presente Processo, ofertando para tal o anexo Projeto de Decreto Legislativo.

É o voto

Sala das Comissões, em

**Deputado**  
**Presidente**



**Deputado**

Relator *FERNANDO PONTES*



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

LIDO  
Em 26/06/08

Assessoria de Planejamento

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º PDL 191/2008 DE 2008.**

Homologa o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS de que tratam a Lei n.º 4.160, de 13 de junho de 2008 e o Decreto n.º 29.179, de 19 de junho de 2008.

**FAÇA SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:**

**Art. 1º** Fica homologado o Decreto n.º 29.179, de 19 de junho de 2008, que "Dispõe sobre o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – REA/ICMS e dá outras providências". consoante estabelece o § 1º do art. 1º da Lei n.º 4.160, de 13 de junho de 2008.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de junho de 2008.

Deputado **PAULO RORIZ**  
Presidente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	61

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Wilson Lima, que proceda à leitura do projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008, que "homologa o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, de que tratam a Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, e o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008".

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – O processo aprovado na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças foi transformado no Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008.

A Presidência designa a Deputada Eurides Brito para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008, oriundo da CEOF.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008, que "homologa o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, de que tratam a Lei nº 4.160, de 13 de junho de 2008, e o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008".

O projeto de decreto legislativo foi proposto pelo Presidente e atende às exigências para um PDL de tal natureza. Portanto, encaminhamos pela admissibilidade o PDL proposto pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	62

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)  
 CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 191/01  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_

VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): CEOF  Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BERINALDO PONTES	PP	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM				+	
	CABO PATRÍCIO	PT				+	
	CHICO LEITE	PT				+	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM				+	
	ÉRIKA KOKAY	PT	+				
	EURIDES BRITO	PMDB	+				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	+				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	+				
	LUZIA DE PAULA	PSL	+				
	MILTON BARBOSA	PSDB	+				
	PAULO RORIZ	DEM				+	
	PAULO TADEU	PT	+				
	PEDRO DO OVO	PMN	+				
	REGUFFE	PDT	+				
	ROBERTO LUCENA	PMDB	+				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	+				
	WILSON LIMA	PR	+				
	ALÍRIO NETO	PPS				+	
	TOTAL	---	18			6	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 26/6/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA  
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA	MAT.	ASSP/ Nº 1
		FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	63

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2008, que "homologa o Regime Especial de Apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação, de que tratam a Lei nº 4.160, 13 de junho de 2008 e o Decreto nº 29.179, de 19 de junho de 2008".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item nº 22:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 903, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais)".

Relatores: Deputado(a) - CEOF.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 903, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais)".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	64

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, acatamos o referido projeto na forma do substitutivo apresentado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 903, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 1 voto contrário do Deputado Reguffe.

Item nº 17:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 766, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008".

Relatores: Deputado Rogério Ulysses - CESG

Deputado Cristiano Araújo - CEOF

Deputada Eurides Brito - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer pela Comissão de Segurança.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 766, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008".

Sr. Presidente, nos termos do art. 69, alínea a, o Projeto de Lei nº 766, de 2008, ainda que indiretamente, guarda relação com o tema da segurança pública, pois envolve justamente o aumento do valor de benefício devido aos sujeitos responsáveis pela segurança pública do Distrito Federal, policiais militares e civis e bombeiros militares. É inegável, portanto, a competência da Comissão de Segurança para emissão de parecer quanto à conveniência e oportunidade da presente matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	65

Na forma original, contudo, o PL não retratava o real propósito de sua edição, pois dispõe que o benefício de invalidez permanente ou parcial será avaliado de acordo com o percentual da redução funcional, apresentado pelo beneficiário, calculado sobre o valor do prêmio por morte acidental.

De modo diverso, o autor do PL, o Poder Executivo, assevera que, para o cálculo do mencionado benefício, deve ser utilizado o fator percentual em relação à redução da funcionalidade do membro ou órgão atingido por acidente.

Sr. Presidente, nosso voto é pela admissibilidade da proposta, com acatamento da emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Segurança. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 766, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008”.

Sr. Presidente, foi apresentada uma emenda modificativa, de autoria do Deputado Cabo Patrício. Na análise final, acatamos a emenda e somos favoráveis à admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	66

A Comissão de Constituição e Justiça já havia se pronunciado sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda apresentada ao projeto na Comissão de Segurança.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à emenda modificativa apresentada ao Projeto de Lei nº 766, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivos da Lei nº 4.087, de 28 de janeiro de 2008”.

Sr. Presidente, a emenda modificativa foi de autoria do Deputado Cabo Patrício e dá ao art. 1º do projeto uma nova redação com a finalidade de torná-lo mais claro. Na justificção, o proponente diz que a emenda objetiva assegurar às categorias da Polícia Civil do Distrito Federal, Polícia Militar do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que o prêmio para indenização em decorrência da invalidez permaneça parcial, garantido na lei citada como referência, e institui que o seguro de vida dessas categorias seja efetuado de acordo com o percentual de redução da funcionalidade do membro ou órgão atingido no acidente, calculado sobre o valor do prêmio fixado para o evento de morte acidental.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nosso encaminhamento é pela admissibilidade da emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 766, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	67

Procederemos à apreciação do Item nº 19 da Ordem do Dia, enquanto a Assessoria de Plenário organiza os projetos de decreto legislativo que, espero eu, votaremos em bloco.

Item nº 19:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências".

Relatores: Deputado(a) - CEOF  
Deputado Milton Barbosa - CAS  
Deputada Eurides Brito - CCJ."

Informo ao Parlamentares que a matéria recebeu uma emenda de plenário.

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências".

O referido projeto recebeu uma emenda modificativa. No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pelo acatamento da emenda e do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Berinaldo Pontes, enquanto V.Exa. estava proferindo o seu parecer, fui informado de que foi construído um acordo entre os Líderes para que a emenda só seja apreciada em segundo turno.

Então, solicito, em se confirmando esse acordo, que o autor ou os autores da emenda retirem-na e que o Deputado Berinaldo Pontes retifique o seu parecer.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, retiro neste momento a emenda, pois firmamos o acordo de votarmos o projeto sem a emenda e deixarmos as discussões para o segundo turno, no segundo semestre.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Agradeço a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	68

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que retifique o seu parecer.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências”.

Em respeito ao acordo realizado, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 898, de 2008, sem a emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências”.

Sr. Presidente, após o exame minucioso desse projeto, já discutido e debatido, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não há nenhum óbice quanto à aprovação do projeto.

Portanto, nosso parecer é pela admissibilidade.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	69

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, designo o Deputado Pedro do Ovo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 898, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Vida Melhor e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 898, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 901, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências”.

Relatores: Deputado(a)

- CEOF

Deputado Milton Barbosa

- CAS



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	70

Deputado Milton Barbosa

- CCJ.

Foi acordado entre os Líderes que esse projeto não receberia emendas em primeiro turno e que as emendas ficariam para o segundo turno.

Solicito à Deputada Eliana Pedrosa, autora das emendas, que se pronuncie.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, neste momento, retiro as emendas para que elas possam ser apresentadas e discutidas em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, designo o Deputado Berinaldo Pontes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 901, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, designo o Deputado Pedro do Ovo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	71

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 901, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a política de transferência de renda dos programas sociais do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 901, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa., conforme combinado anteriormente e consignado nos autos, procedesse à inversão de pauta e votasse os projetos de decreto legislativo em bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Brunelli, há um acordo de Líderes para que apreciemos em bloco três PDLs.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, para economizarmos tempo, poderíamos votar os projetos que constam na pauta e mais esses dois da Deputada Erika Kokay.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	72

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sr. Deputado, a Deputada Erika Kokay é a mentora intelectual, mas o PDL foi assinado por todos.

DEPUTADO BRUNELLI – Sim, Sr. Presidente, mas a iniciativa foi da Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Deputada Erika Kokay tem uma mente brilhante. V.Exa. sabe que a Deputada é uma pessoa que está sempre à frente do nosso tempo. Neste momento, por questão de urgência e pelo simbolismo e significado das matérias, iremos apreciar esses três PDLs em bloco, sem prejuízo dos demais, que serão votados no decorrer da sessão ou em outro momento.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são todos os projetos de decreto legislativo?

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Milton Barbosa, votaremos três projetos de decreto legislativo.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Assis Meira Filho - *post mortem*".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Lopes de Oliveira".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Prof. Carlos Ramos Mota - *post mortem*".

A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as matérias.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Assis



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	73

Meira Filho - *post mortem*"; ao Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Lopes de Oliveira" e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Prof. Carlos Ramos Mota - *post mortem*".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, não há nenhum óbice quanto à aprovação dos projetos. Portanto, recomendamos a sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Carlos Ramos Mota - *post mortem*" e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Lopes de Oliveira".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não vemos óbice para que os projetos tenham a sua continuidade normal. Portanto, voto pelas suas admissibilidades.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Foi dado parecer aos três projetos de decreto legislativo. Não foi isso, Deputado Milton Barbosa? V.Exa. deu parecer aos três projetos? Se não me engano, faltou parecer a um deles.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, é que havia um projeto sem capa e achei que fosse apenas uma anotação.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – V.Exa. tem toda a razão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	74

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Assis Meira Filho - *post mortem*”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, como nos outros dois projetos que acabo de relatar, o parecer é pela aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sem prejuízo do brilhante parecer de V.Exa., Deputado Milton Barbosa, temos mais dois itens na ordem do dia, o item nº 50 e o nº 51, para os quais faltam pareceres pela Comissão de Constituição e Justiça. Se V.Exa. desejar dar parecer também a esses dois projetos de decreto legislativo, poderemos votá-los, logo em seguida, em bloco.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Farei com todo prazer, Sr. Presidente, não sem antes dizer que o PDL de minha autoria também está para ser votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Deputado Milton Barbosa, o PDL de sua autoria, cuja iniciativa parabenizo V.Exa., já teve concluída a sua tramitação nas comissões. Então, se V.Exa. proferir o parecer a esses dois PDLs que estão em suas mãos, os demais PDLs, inclusive o de sua autoria, serão apreciados em bloco.

Item nº 49:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Cláudio Roberto de Toledo”.

Item nº 50:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Carlos Ribeiro da Silva”.

Item nº 51:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadã Benemérita de Brasília a Sra. Solange Ribeiro da Silva”.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Milton Barbosa, para emitir parecer sobre as matérias.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	75

ao senhor Luiz Carlos Ribeiro da Silva" e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadã Benemerita de Brasília à Senhora Solange Ribeiro da Silva".

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é no sentido da aprovação das matérias.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Em discussão os pareceres da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os pareceres estão aprovados com a presença de 18 Deputados.

Em discussão os PDLs.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar o meu voto contrário à aprovação dos PDLs. Sou contra a concessão de títulos de Cidadão Honorário pelo Poder Legislativo. Penso que as funções do Poder Legislativo devem ser a de legislar e a de fiscalizar os atos do Poder Executivo e o gasto do dinheiro do contribuinte, e não ficar concedendo títulos honoríficos. Por essa minha posição, aqui já reiterada diversas vezes, votarei contrariamente à aprovação desses projetos de decreto legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os PDLs permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 18 Deputados, registrado o voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	76

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 186, de 2008, de autoria do Deputado Leonardo Prudente, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Assis Meira Filho - *post mortem*".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2008, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Carlos Lopes de Oliveira".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2008, de autoria de vários Deputados, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Professor Carlos Ramos Mota - *post mortem*".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Cláudio Roberto de Toledo".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Luiz Carlos Ribeiro da Silva".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2008, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que "Concede o título de Cidadã Benemerita de Brasília a Senhora Solange Ribeiro da Silva".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a apreciação do item nº 6 da pauta, visto que o mesmo exige *quorum* qualificado para sua aprovação, ou seja, dezesseis votos.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	77

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Wilson Lima precisará se ausentar em breve, e alguns projetos exigem o *quorum* qualificado, entre eles, o PLC nº 85, que trata da isenção dos cartões de crédito, bem como o PL nº 815, que trata dos táxis, o PLC nº 88 e o PLC nº 41.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Esta Presidência já entendeu a solicitação tanto do Deputado Wilson Lima quanto a de V.Exa., Deputado Leonardo Prudente. Eu já solicitei, e vou solicitar mais uma vez à competente Assessoria de Plenário que faça a relação desses projetos, para que possamos apreciá-los agora. Antes, porém, vamos apreciar o item nº 52, de autoria da Deputada Luzia de Paula, a Moção nº 206. Todos sabem da presença constante e da participação louvável da Deputada Luzia de Paula neste plenário. Então, nada mais justo do que apreciarmos essa moção.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero apenas assegurar que, depois dessa votação, possamos votar o projeto de autoria de praticamente todos os Deputados desta Casa, para denominar o Centro de Ensino Fundamental do Lago Oeste Professor Carlos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Acato a solicitação de V.Exa., Deputada Erika Kokay. Votaremos a moção e, logo em seguida, apreciaremos esses projetos que necessitam de votação nominal ou de *quorum* qualificado de 13 ou 16 Parlamentares.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que, após o término da votação do item nº 6, encerre a sessão e convoque sessão extraordinária, incluindo todos os itens da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Perfeito. Faremos o seguinte: votaremos logo o item nº 52 e, logo em seguida, estabeleceremos o encaminhamento da votação do Plenário.

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma moção que já foi lida ontem, a Moção nº 207, de 2008, que eu gostaria que fosse incluída na votação como item extrapauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	78

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Sem prejuízo do encaminhamento de V.Exa., Deputado Bispo Renato, voltaremos a essa moção. Assim que a Assessoria providenciar o processo dessa moção citada por V.Exa., faremos a votação, que será em turno único.

Apreiação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 52:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 206, de 2008, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "concede moção de aplauso da Câmara Legislativa do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Sobradinho, na modalidade de ginástica rítmica, às professoras Margareth Cardoso Pereira e Bruna Helena Altoé".

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 207, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que "parabeniza os(as) Ministros(as) do Evangelho pelos relevantes serviços prestados em suas comunidades no Distrito Federal e Entorno".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Estão aprovadas com a presença de 18 Deputados.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 815, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "concede remissão aos veículos destinados ao transporte público de pessoas, comprovadamente registrados na categoria de aluguel (táxis)".

Relatores: Deputado Paulo Roriz - CEOF

Deputada Eurides Brito - CCJ.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	79

(Procede-se à votação nominal.)



**REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO**

**VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO**

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)  
 CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) 815/08  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	+				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	+				
	BERINALDO PONTES	PP	+				
	BISPO RENATO	PR	+				
	BRUNELLI	DEM				+	
	CABO PATRÍCIO	PT	+				
	CHICO LEITE	PT				+	
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	+				
	DOUTOR CHARLES	PTB	+				
	ELIANA PEDROSA	DEM	+				
	ÉRIKA KOKAY	PT	+				
	EURIDES BRITO	PMDB	+				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	+				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	+				
	LUZIA DE PAULA	PSL	+				
	MILTON BARBOSA	PSDB	+				
	PAULO RORIZ	DEM	+				
	PAULO TADEU	PT	+				
	PEDRO DO OVO	PMN	+				
	REGUFFE	PDT		+			
	ROBERTO LUCENA	PMDB				+	
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	+				
	WILSON LIMA	PR	+				
	ALÍRIO NETO	PPS	+				
	<b>TOTAL</b>	---	20	1		3	

\*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

APRECIADA REDAÇÃO FINAL EM 26/6/2008

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA  
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA	MAT.	ASSP/ Nº 1
		FOLHA Nº



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	80

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis e 1 voto contrário. Houve 3 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata aprovação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 815, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “concede remissão aos veículos destinados ao transporte público de pessoas, comprovadamente registrados na categoria de aluguel”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar o meu voto contrário. Eu sou contra a anistia de multas. E também penso que, se há uma dívida, ela precisa ser paga. Se o Governo quiser isentar os taxistas do pagamento de impostos atrasados, ele deveria também isentar a população inteira, até porque quem pagou corretamente fica no prejuízo e quem não cumpriu com a obrigação de pagar os impostos em dia acaba sendo premiado. Acredito que aquele que pagou os seus impostos corretamente que deveria receber um prêmio. Portanto, eu não considero corretas essas anistias e essas isenções a tributos passados. Há muitos taxistas, muitos cidadãos do Distrito Federal que pagaram seus impostos regularmente e não tiveram nenhum prêmio por isso. Premiar aquele que foi inadimplente, digamos assim, para mim, não é correto. Por isso o meu voto é contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Neste momento, chamo a atenção dos Líderes e dos demais Parlamentares desta Casa, pois convocarei sessão extraordinária logo em seguida a esta sessão ordinária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26   06   2008	15h10	57ª Sessão Ordinária	81

Na sessão extraordinária, serão apreciados todos os itens que constam na pauta da ordem do dia desta sessão ordinária que ainda não foram aprovados em segundo turno; bem como todos os itens já aprovados no dia de hoje em primeiro turno. Será apreciado, também, o item extrapauta que incluo neste momento - em homenagem ao professor assassinado no Lago Oeste – o Projeto de Lei nº 917, de 2008, que concede o nome de Centro de Ensino Fundamental Professor Carlos Mota ao Centro de Ensino Fundamental do Lago Oeste. Esse projeto será votado em primeiro turno na sessão extraordinária. Logo a seguir, convocaremos a sessão extraordinária a fim de apreciarmos o segundo turno dos projetos.

A Assessoria de Plenário está preparando a lista dos projetos para que possamos prosseguir de maneira tranqüila.

Na sessão extraordinária, iniciaremos a votação pelas matérias que necessitam de *quorum* qualificado, 16 ou 13 votos. Logo a seguir, votaremos em primeiro turno o Projeto de Lei nº 917, de 2008. Em seguida, votaremos, em segundo turno, as demais matérias.

Portanto, está convocada a sessão extraordinária já com a pauta informada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h18 min.)